

COMO ABORDAR A IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA?

HOW TO APPROACH THE PORTUGUESE NATIONAL IDENTITY?

COMMENT ABORDER L'IDENTITÉ NATIONALE PORTUGAISE?

¿CÓMO ACERCARSE A LA IDENTIDAD NACIONAL PORTUGUESA?

Augusto Santos Silva

Universidade do Porto, Faculdade de Economia e Instituto de Sociologia, Porto, Portugal

RESUMO: A definição da identidade de um qualquer coletivo social faz-se em dois planos complementares: o que aproxima os seus elementos constitutivos numa certa unidade, fazendo-os parte de uma mesma totalidade; e o que distingue a totalidade assim formada das outras com que efetiva ou virtualmente se relaciona. No primeiro plano está em causa a formação de *um nós*; no segundo, a sua distinção *face aos outros, face a eles*. Neste artigo, enunciado de modo a captar o sentido da representação de uma identidade nacional portuguesa, procuramos mostrar o que faz de todos nós portugueses e o que faz de nós, portugueses, distintos de espanhóis, franceses e restantes. Para tal, mobilizaremos a análise social das estruturas e das representações; e o seu cruzamento com essa forma específica de representação (no sentido mais amplo da palavra) que é a criação cultural.

Palavras-chave: identidade, identidade nacional, Portugal, criação cultural.

ABSTRACT: The definition of the identity of any social collective is made in two complementary planes: what brings its constitutive elements into a certain unity, making them part of the same totality; and what distinguishes the totality thus formed from the others with which it actually or virtually relates. In the first plane what is at stake is the formation of a knot; in the second, their distinction from others in the face of them. In this article, enunciated in order to capture the meaning of the representation of a Portuguese national identity, we try to show what makes us Portuguese, and what makes of us Portuguese, distinct from Spanish, French and others. To this end, we will mobilize the social analysis of structures and representations; and its intersection with this specific form of representation (in the broadest sense of the word) which is cultural creation.

Keywords: identity, national identity, Portugal, cultural creation.

RÉSUMÉ: La définition de l'identité de tout collectif social se fait dans deux plans complémentaires: ce qui amène ses éléments constitutifs dans une certaine unité, les faisant appartenir à la même totalité; et ce qui distingue la totalité ainsi formée des autres avec lesquels elle se rapporte réellement ou virtuellement. Au premier plan est concerné la formation d'un noeud; dans la seconde, leur distinction des autres face à eux. Dans cet article, énoncé pour saisir le sens de la représentation d'une identité nationale portugaise, nous essayons de montrer ce qui nous rend portugais et ce qui nous rend portugais, distinct de l'espagnol, français et autre. À cette fin, nous mobiliserons l'analyse sociale des structures et des représentations; et son intersection avec cette forme spécifique de représentation (au sens le plus large du terme) qu'est la création culturelle.

Mots-clés: identité, identité nationale, Portugal, création culturelle.

RESUMEN: La definición de la identidad de cualquier colectivo social se hace en dos planos complementarios: el que aproxima sus elementos constitutivos en una determinada unidad, haciéndolos parte de una misma totalidad; y lo que distingue la totalidad así formada de las otras con que efectiva o virtualmente se relaciona. En el primer plano se trata de la formación de un nudo; en el segundo, su distinción frente a los demás, frente a ellos. En este artículo, nos dispusimos a captar el significado de la representación de una identidad nacional portuguesa, tratamos de mostrar lo que hace nosotros portugués y lo que nos hace, portugués, distintos de español, francés y otros. Para ello, movilizaremos el análisis social de las estructuras y de las representaciones; y su cruzamiento con esa forma específica de representación (en el sentido más amplio de la palabra) que es la creación cultural.

Palabras-clave: identidad, identidad nacional, Portugal, creación cultural.

1. A perspectiva do processo, em vez do ser

Nos termos que já propus noutra texto (Silva, 2017), a definição da identidade de um qualquer coletivo social faz-se em dois planos complementares: o que aproxima os seus elementos constitutivos numa certa unidade, fazendo-os parte de uma mesma totalidade; e o que distingue a totalidade assim formada das outras com que efetiva ou virtualmente se relaciona¹. No primeiro plano está em causa a formação de um *nós*; no segundo, a sua distinção face aos outros, face a *eles*. Enunciando de modo a captar o sentido da representação de uma identidade nacional portuguesa: trata-se de procurar mostrar o que faz de todos *nós* portugueses e o que faz de *nós*, portugueses, distintos de espanhóis, franceses e restantes.

Esta procura é virtualmente indissociável da consciência da nacionalidade e dos discursos – históricos, literários, mitológicos, políticos – que a exprimem. Numa útil síntese recentemente publicada, Pedro Calafate (2016) propõe um itinerário sobre os “perfis” traçados na cultura portuguesa, desde os fins da Idade Média até ao século XX. E basta reter os temas que inventaria nas reflexões medieval e renascentista – o papel dos heróis fundadores e dos antepassados ilustres, a relação entre território e população, as cidades, o lugar histórico do país, a integração na Península e a relação com a Europa, o valor da língua portuguesa, as universidades e o conhecimento, a contribuição das Descobertas para a humanidade e o projeto e realidade imperial – para perceber que são eixos duradouros da interrogação das elites intelectuais nacionais sobre *nós* próprios (e elas mesmas). Os séculos XVII e XVIII verão, com o nosso mercantilismo e o nosso iluminismo, salientar-se o tópico do escrutínio crítico sobre a situação portuguesa a partir da comparação com a Europa da modernidade, que as centúrias seguintes não mais abandonarão. A tensão entre singularidade – que acentua o que há de característico e particular em Portugal e nos portugueses, e tende a qualificá-lo positivamente – e comparabilidade – que, ao invés, destaca a evolução técnica, económica e institucional internacional, e nela tende a enquadrar os bloqueios e dificuldades nacionais, ao mesmo tempo que os recursos, tantas vezes esquecidos ou desaproveitados – não deixará de marcar o debate oitocentista e, sobretudo, novecentista, com prolongamentos óbvios para o nosso século XXI (cf. também Sobral, 2003).

Pode talvez dizer-se que a investigação e o discurso sobre a identidade nacional portuguesa têm seguido, nos tempos mais próximos de *nós*, duas orientações fundamentalmente diferentes entre si, e até opostas.

¹ Este artigo publica resultados do projeto de investigação “*Portugal ao espelho: identidade e transformação na literatura, no cinema e na música popular*”, desenvolvido entre 2015 e 2017 no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Uma indaga de atributos que pudessem ser atribuídos ao conjunto dos portugueses e se revelassem como constantes ao longo da respetiva história. Eles definiriam uma matriz cultural distintiva, ancorada na base populacional, e que seria mais um fator do que um efeito da evolução histórica. Constituindo “elementos fundamentais”, como dirá Jorge Dias, da nossa cultura, tenderiam a compor uma espécie de personalidade coletiva. Esta diferenciação pela psicologia, pela mentalidade ou pela maneira de ser (consoante as terminologias que se vão contrapondo) já havia inspirado, no fim do século XIX, o trabalho historiográfico de Oliveira Martins e a primeira grande vaga de estudos etnográficos (cf. Silva, 1997: 55-107, 111-129); e teve a sua mais complexa formulação no ensaio de síntese de Jorge Dias (1985). Mas encontra-se também presente em outras abordagens da particularidade quase ontológica do “ser nacional” português, como a teoria do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre e as múltiplas variantes que ela vem, direta ou indiretamente, alimentando quer no discurso político e doutrinário, quer mesmo no discurso analítico. Os aforismos de Agostinho da Silva (como, antes dele, de Teixeira de Pascoaes, ou, na segunda metade do século XX, os postos em evidência, na literatura, por Agustina Bessa-Luís, e, no cinema, por Manoel de Oliveira) aproximam-se desta matriz.

A outra orientação parte, ao invés, do território, da economia e da sociedade para captar o processo de formação de uma identidade nacional que refere, não a traços psicológicos ou culturais em boa verdade pressupostos, mas sim ao modo, esse sim singular, como se combinam, em Portugal como em qualquer outro país, características e tendências que não são seu exclusivo, e que nem são anteriores à história nem invariantes nela, mas são sim, elas próprias, um facto histórico, efeito e fator de outros e sempre em adaptação e transformação. As investigações de Orlando Ribeiro, José Mattoso e Vitorino Magalhães Godinho podem ser consideradas paradigmáticas desta orientação.

2. Processos geo-históricos

Ambas as orientações produziram tradições intelectuais vivas e, pelo menos em certos aspetos e por certos cultores, poderosas. Mas, do ponto de vista analítico, a melhor maneira de dar conta das suas zonas de interseção é partir da segunda, porque é a que valoriza a história e nela vê dinâmicas e transformações, ao passo que a primeira tende a dissolver a história, contrapondo-lhe invariantes ontológicas por assim dizer anteriores à ação e à relação social.

Ora, se considerarmos, dentro da tal segunda grande orientação intelectual, os ensaios de identificação analítica, no tempo e no espaço, de Portugal e dos portugueses, talvez possamos destacar grandes linhas de estruturação das caracterizações propostas.

Uma é seguida por todos quantos problematizam a questão da identidade nacional como de génese geo-histórica. Trata-se de proceder, como sugestivamente sintetiza o título do clássico de José Mattoso (2015), à “identificação de um país”, mostrando como o jogo entre os círculos primários de organização social (como as famílias e as linhagens), a fixação e controlo dos territórios e as instituições religiosas, administrativas e políticas foram formando e singularizando um novo país, no mosaico das sociedades e entidades políticas medievais.

Num dos seus últimos estudos, Vitorino Magalhães Godinho (2004) alargou o escopo de análise até ao fim do século XV para situar o processo de “emergência” da nação portuguesa. A opção teórico-metodológica é a mesma: em vez de tentar definir a identidade nacional como uma coisa ou um estado formado pelo elenco de um certo número de atributos “primordiais”, encará-la antes como o efeito (e, subsequentemente fator), variável e alterável, de uma dinâmica histórica. Assim vista, como “realidade complexa”, e não essencial (Godinho, 2004: VIII-XIV), realidade diversa e sujeita aos jogos de forças contrapostas, com avanços e recuos, aquela emergência pode ser situada ao longo da Idade Média. Nos seus dois primeiros séculos de existência independente, Portugal vai progressivamente definindo um território e um poder soberano. Depois, os tempos de Trezentos e Quatrocentos serão marcados pela “construção de uma realidade nova: o Estado e a comunidade de terra e povo” (Godinho, 2004: 19): a revolução de 1383-1385 fará valer o peso social e político dos concelhos e dos grupos de mesteiros e funcionários, acentuando a dimensão contratual da relação entre o povo e o poder régio; vencida a crise dinástica e reasegurada a independência, Portugal definirá a sua posição de reino peninsular distinto, procurando e encontrando na expansão oceânica uma saída para as questões-chave da sua estruturação social e afirmação nacional.

Não é possível dissociar, nesta afirmação, a vertente da realidade social concreta e a vertente da perceção social dessa realidade. Para ser, a nação tem de conotar também uma “comunidade afetiva”, envolvendo um “sentimento nacional”, cuja “sociogénese” devemos traçar, seja a “um nível intuitivo, respeitando ao grande número”, quer dizer, às populações (as quais, através da procura de segurança coletiva, de festas e cerimónias públicas, de revoltas e revoluções, vão elaborando “um sentimento de comunidade”), seja a “um nível de tomada de consciência do fenómeno [nacional] pelas diversas elites sociais, que implica a (re)organização da memória, a integração das periferias, a ampliação e manipulação do próprio sentimento” nacional (e em que avultará o papel da composição historiográfica do passado, do conhecimento geográfico do território e do conhecimento literário, etnográfico e doutrinário das gentes, edificando gradualmente uma “tomada de consciência da identidade” (sigo e cito Bethencourt, 1991; cf. também Bethencourt & Curto, 1991). O processo multissecular de (na palavra de Magalhães Godinho)

“emergência” da nação portuguesa é, pois, alimentado simultaneamente pelos factos e pela consciência coletiva. O ponto está em que se trata, em ambos os planos, de movimentos sócio-históricos.

Ora, um traço fundamental parece caracterizá-los no que concerne ao caso português: foi a construção do Estado que conduziu à construção da nação, não o contrário. A partir de “um ponto de partida meramente político”, a independência proclamada por D. Afonso Henriques, e da sua ancoragem social, administrativa e territorial, é que se irá formar o longo processo de percepção coletiva de uma identidade nacional. “O que cria e sustenta a identidade portuguesa é, de facto, o Estado. Por isso, o processo de eclosão da consciência nacional é tão lento e a sua expressão popular tão tardia”, só se generalizando nos séculos XIX e XX. Estou citando a síntese de José Mattoso (1998: 40-41, 82-83), cuja visão sobre esta sequência lógica – primeiro o Estado, depois a nação – é acompanhada e reforçada por Magalhães Godinho (2004) e, mais recentemente, por José Manuel Sobral (2012).

Claro que estamos, no caso português, perante a modalidade específica de um percurso mais geral, visto que sabemos bem, hoje, como as nações foram construídas ao longo de séculos e como esse processo de construção muito deveu, quer ao Estado moderno, como aparelho político e administrativo de integração de populações, territórios e mercados, quer ao trabalho cultural e simbólico e à elaboração doutrinária e ideológica, a que Benedict Anderson chamou sugestivamente ‘imaginação’ da comunidade nacional. De tudo isso já tratámos no módulo anterior deste curso. O que importa, agora, reter é a intensidade particular que assume, no nosso país, o trajeto que vai do Estado à nação. Ela está, por sua vez, associada à debilidade da estrutura social, designadamente urbana, que a tornou bastante dependente da Coroa e do Estado (Godinho, 1975; Mattoso, 1998: 90-91).

Não quer isto dizer que o único fundamento da identidade nacional portuguesa esteja nesta preponderância do Estado como agente de definição política e territorial. Se a nação é, sempre, uma certa combinação entre território, população e cultura, estabelecida e desenvolvida na longa duração, as bases territoriais da nação que formamos existem e são conhecidas – significando território, precisamente, o duradouro relacionamento entre as gentes e as terras, isto é, entre a história e a geografia.

Ninguém o mostrou melhor do que Orlando Ribeiro, no livro que dedicou, em 1945, a *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Ele salienta dois pontos essenciais para o propósito presente. O primeiro é que várias oposições regionais estruturam a nossa geo-história: a oposição entre Norte e Sul, a oposição entre Litoral e Interior, a oposição entre terras altas e terras baixas. O jogo de tais oposições é que delimita

as três grandes unidades constitutivas do Continente: o Norte atlântico, o Norte transmontano e o Sul. O segundo ponto é a centralidade da dialética entre Mediterrâneo e Atlântico para a individualização portuguesa: se aquele é a matriz, “o tecido essencial da geografia e da economia portuguesa”, a influência deste é determinante, ao “predomínio” das regiões atlânticas se devendo, “em larga parte”, a unidade de Portugal (Ribeiro, 2011: 209-211).

A abordagem analítica a partir da geografia e da história – a que aqui apenas fazemos alusão, referindo autores e textos clássicos de uma linha de pesquisas que tem vindo a enriquecer-se e atualizar-se – chama a nossa atenção para questões centrais de uma problematização crítica da identidade nacional portuguesa. Cinco parecem particularmente pertinentes: a diversidade, ou variedade, do território e da sociedade, que é o eixo em torno do qual se organiza a unidade do país, o mais antigo Estado nacional europeu de fronteiras estabilizadas; a combinação de influências (geográficas e civilizacionais) diferenciadas, como base de sustentação da nossa individualidade (e, portanto, a nossa natureza de cruzamento ou produto de forças distintas); o papel decisivo da, como escreveu Orlando Ribeiro (2011: 183), “obra humana”, isto é, da ação política para a “unidade de Portugal” (outra vez Ribeiro, 2011: 183), quer dizer, a preponderância dos factos de ordem histórica sobre as (supostas) determinações físicas ou culturais; a centralidade do Atlântico para a singularização da posição e do destino do reino, depois do Estado, português; e a expressão de todas estas forças ao nível dos territórios, dos espaços rurais, das comunidades paroquiais, dos concelhos, das redes de trocas e circulação, da malha administrativa.

Por conseguinte, quando os autores que se inscrevem nesta orientação intelectual procuram sintetizar traços consolidados na longa duração, cuja agregação seja distintiva de Portugal e dos portugueses, é a estas dimensões sociais e culturais no sentido antropológico (maneiras de ser e fazer das populações) que se referem. Assim, quando Magalhães Godinho procurou identificar “parâmetros” da formação histórica da nossa identidade nacional, sugeriu a atenção a estes três: a persistência multissecular do território nuclear, no canto ocidental da Península Ibérica; a experiência do Império, que, se por um lado foi abertura, por outro coexistiu com a prevalência de tradições que fecharam o país às mudanças do mundo europeu, quer dizer, à modernidade; e “a persistente dispersão das gentes”, por via da emigração (Godinho, 2004: 3). A emigração, “constante estrutural” (Godinho, 1978) da história portuguesa, desde o século XV até ao presente, é também identificada por Jorge Dias (1985: 52-53), a ela associando a “capacidade de adaptação” que destaca (no seu quadro teórico próprio, indagando uma “personalidade-base” da nação) como uma das “constantes culturais” dos portugueses. Na tentativa que fiz de caracterizar ‘eixos estruturadores’ da nossa cultura, em perspetiva macro-histórica, também coloquei a diáspora no trio que me

pareceu mais marcante: religiosidade, como tensão entre a influência da Igreja Católica e a prática popular; ruralidade, primeiro como inscrição territorial preponderante até bem entrada a segunda metade do século XX, e mais recentemente como peso específico da continuidade entre o rural e o urbano; e justamente diáspora, o jogo entre mobilidade dentro e fora do território, e a natureza “dipolar”, como lhe chamou Maria Beatriz Rocha-Trindade (1976), das comunidades migrantes, simultaneamente integradas nas sociedades de acolhimento e vinculadas à terra de partida (Silva, 1997: 187-192).

Este olhar a partir das estruturas sociais, situadas na longa duração geo-histórica, contrapõe-se claramente às orientações de tipo psicologista, demasiado dependentes das categorias de personalidade coletiva ou mesmo alma nacional. Quando, por exemplo, um José Mattoso (1998) explica que, daquela perspectiva, o que distingue Portugal não é a individualidade geográfica face a Espanha, mas até, ao invés, a sua própria diversidade regional interna (segundo as oposições Norte/Sul e Litoral/Interior, sublinhadas por Orlando Ribeiro), o plano em que coloca as questões é bem distinto do inventário de “elementos” ou traços anímicos (como a saudade, o sentimentalismo, a adaptabilidade ou o individualismo), mesmo quando o mais analítico dos seus praticantes, Jorge Dias, o procurou puxar para o lado histórico e etnográfico, como problematização da “personalidade psicossocial do povo português” (Dias, 1985: 17). Aliás, no plano especificamente cultural, remata Mattoso (1998: 72), a identidade da língua é a única característica com “expressão propriamente nacional”.

3. Olhar a partir da contemporaneidade

Considerar a identidade na perspectiva da geografia e da história é um caminho com sentido e utilidade. Permite perceber melhor o princípio crucial, aquele que nos afasta de essencialismos e primordialismos e nos coloca na senda certa – que é, não procurar o único que estaria fora do tempo e antes da história, e só alguns povos teriam, mas sim o único que *todas* as sociedades possuem, porque cada complexo de atributos e dinâmicas sociais, é que é sempre, para todas e cada uma, próprio e distintivo.

Ora, tudo isto poder fazer-se também, complementarmente, a partir da contemporaneidade, ela mesma. O que caracteriza e diferencia Portugal, hoje, por relação com o sistema mundial ou internacional em que se insere? Que traço ou traços, que fator ou fatores mais influenciam essa caracterização e essa diferenciação?

Dois programas de investigação ilustrarão aqui as virtualidades desta linha de reflexão, a segunda que entrevejo na grande orientação científico-social de indagação sobre a nossa identidade coletiva.

O primeiro programa tem sido dirigido por Boaventura de Sousa Santos. O ‘retrato singular’ de Portugal que julgou poder propor resulta do cruzamento de dois grandes eixos, a modernização e a globalização. Um situa as sociedades por níveis de aproximação ao paradigma da modernidade ocidentalocêntrica, racionalista, técnica e industrial, organizada pela tensão entre a regulação capitalista e a emancipação democrática. O outro situa os países nas posições-chave do sistema mundial, tal como descrito por Immanuel Wallerstein, distinguindo centros (hegemónicos) e periferias (dominadas). Nestes termos, o que define a “singularidade” de Portugal é a forma como conjuga estas contraposições. Chegado tardiamente (mas intensa e rapidamente) à modernidade (demográfica, económica ou social) e muito marcado pela influência de padrões tradicionais de comportamento e organização social (isto é, pelo peso específico do território, dos círculos familiares e locais, das combinações entre autoprodução e assalariamento, etc.), o nosso país não é classificável tal qual, na oposição entre “tradicional” e “moderno”, antes a desafia. Por exemplo, certos dos seus traços sociais podem ser lidos como precursoramente “pós-modernos”, porque sugerem hibridez, interseção, porosidade das fronteiras; de outros quase se poderia dizer, à antiga maneira estruturo-funcionalista, que seriam ‘equivalentes’ tradicionais de instituições modernas, como o conjunto de elementos a que Boaventura de Sousa Santos chamou sugestivamente “sociedade-providência”. Por outro lado, Portugal não é facilmente arrumável nem no lugar do centro nem no da periferia do sistema mundial, por duas razões fundamentais: é periferia de um centro (a União Europeia); e desempenha um papel de intermediação entre esse centro e outras periferias, designadamente em África e na América Latina. Seria, pois, mais adequadamente identificado, na opinião de Sousa Santos, como semiperiférico (cf. Santos, 1993, 1994).

Independentemente da discussão específica sobre o bem fundado destas categorias e categorizações (a qual não pode ter aqui lugar), considerar também os aspetos geopolíticos, isto é, o modo de inserção na ordem internacional, como um plano relevante de definição de uma identidade nacional portuguesa parece ser uma operação intelectual pertinente e produtiva. Precisamente porque permite realizar aquilo que está contido no conceito de identidade: aperceber o que reúne os portugueses, como comunidade, e o que os distingue de outras comunidades. A maneira multiforme como nos situamos no mundo - primeiro espalhando-nos por todo ele, em diáspora; depois articulando inserção europeia e comunicação com África e América Latina, por via da nossa história e da partilha linguística que ela consolidou; e referindo-nos enfim, por geoestratégia e opção política, ao arco transatlântico - delimita um posicionamento enraizado sócio-historicamente na população e nas instituições políticas, bastante rico e relativamente singular.

E, assim, as duas perspectivas complementares que distinguimos – a que parte da geo-história e a que parte da contemporaneidade – tendem a convergir. Mostra-o bem a tematização do relacionamento com o mar. Já Orlando Ribeiro definira a relevância dos mares – do jogo entre matriz mediterrânea e influência atlântica, a tal que nos individualiza – na nossa geografia mais estrutural. Vimos os historiadores evidenciarem o marco decisivo da viragem marítima do século XV, no completamento da sociogénese medieval do Estado independente. Nos seus termos próprios, Jorge Dias sintetizara: “a unificação e a permanência da Nação deve[m]-se ao mar” (Dias, 1985: 9); e acrescentara que também aí havia uma lógica de diferenciação intrapeninsular: “expansão portuguesa, ao contrário da espanhola, é mais marítima e exploradora do que conquistadora” (Dias, 1985: 15). Na época colonial, a ligação ao mar foi declinada ao modo imperial, sendo um dos “mitos ideológicos fundadores” (Rosas, 2015: 321-328) do salazarismo e enunciando-se como deliberada oposição à Europa democrática do Pós-Segunda Guerra. Na primeira década e meia da democracia, entre os meados dos anos 1970 e os fins dos anos 1990, acabaria por verificar-se a inversa: desvalorização da dimensão marítima do país, reencontrado agora numa vocação assumidamente europeia. Só verdadeiramente na transição do século XX para o XXI, e muito gradualmente, a orientação atlântica de Portugal e a importância estratégica de afirmá-la e desenvolvê-la começaram a ser relevadas (ver, entre outros, Cunha, 2011, e Lima, 2016). A conclusão é, pois, simples: a tensão entre vinculação continental e oceânica, como a articulação entre integração europeia e ligação ao Sul, são traços constitutivos da história e da contemporaneidade portuguesa. Ou seja, são elementos de identidade nacional.

4. O discurso cultural

Num artigo de 2001, Onésimo Teotónio de Almeida organizou o debate português sobre a identidade nacional em três correntes principais. Na primeira colocou a filiação tradicionalista, que inclui o saudosismo, a escola dita de ‘filosofia portuguesa’ e outras; na segunda, os cientistas sociais, empenhados sobretudo na desconstrução analítica da ideia de uma identidade ‘autêntica’ ou ‘primordial’, isto é, fora da história e das construções sociais; e, na terceira, a que chamou ‘intermédia’, situou-se a si próprio e a todos os que, sob a inspiração de Eduardo Lourenço, acreditam que aquele debate tem mesmo existência e relevância e que o plano em que se move, cultural e simbólico, não é subsumível na investigação geográfica, histórica ou sociológica (Almeida, 2001).

De facto, com *O labirinto da saudade* (Lourenço, 1978), Eduardo Lourenço propôs que tomássemos como a questão crítica a autorrepresentação do país na sua cultura: porque é que, nesta, o problema identitário tomou tão grandes proporções? A ideia básica é evidentemente que, se compreendermos por que insistimos tanto em perguntar quem somos – enunciando culturalmente, sobretudo nos séculos XIX

e XX, um problema maior do que o que a história havia definido, por assim dizer empolando uma imagem superidentitária (Lourenço, 1988: 9-23) - perceberemos melhor quem somos.

O que é inteiramente coerente com a perspectiva de que a identidade é *sempre* representação e discurso (Silva, 2017). A identidade não é apenas o que se é, é o que se diz que é – muitas vozes, muitos dizeres, logo, vários sujeitos e várias representações. Nas suas diferentes declinações, a ‘identidade portuguesa’ é um discurso sobre a identidade portuguesa: o discurso da filosofia, da doutrina, da ideologia, dos meios e aparelhos de socialização, da criação literária e artística, da administração, do senso comum, do sistema científico.

Para que seja produtiva, a análise destes discursos há-de valorizar a sua dimensão criativa – o que neles há de inquirição sobre as transformações do presente, a releitura e reinterpretação que favorecem sobre o passado e as possíveis ‘constantes’ que estruturam a longa duração, o futuro que imaginam. O discurso sobre identidade não é, pois, apenas analítico, mas sim criativo: pronunciando-se sobre o que somos e como nos distinguimos, propõe maneiras de ser e de nos distinguirmos.

No seu *Contrato sentimental*, Lídia Jorge (2009) – cuja obra literária já sugeri ser um bom instrumento de interpretação das mudanças sociais ocorridas em Portugal desde os anos 1950 (Silva, 2012) – imagina um futuro coletivo possível, em torno dos valores do cosmopolitismo, da educação, da comunicação, da literatura, da língua e da lusofonia e de uma nova organização urbana, territorial e cívica. Mas, diz Eduardo Lourenço, “simbolicamente, nenhum povo vive no passado – em particular, naquele a que devemos o nosso perfil singular – como Portugal”; e, nesse passado visto como fundador e distintivo, em que o país foi “navio”, abrindo e percorrendo rotas de (para si e os europeus) “descobertas” e migrações, o futuro era “o ‘lá fora’, a distância, nossa ou alheia”, o sermos portugueses noutros lugares e em relação com outras gentes até nos tornarmos outros (Lourenço, 1999: 52, 66, 69, 163-164). Se o que restou, nesse processo histórico de des/encontros, foi uma língua, finalmente o meio, na lição pessoana, de “desprovincializar” (Lourenço, 1999: 90-91) o nosso imaginário criativo e cultural, o futuro não pode ficar dependente de uma metamorfose mítica da comunhão linguística. Primeiro, porque a lusofonia é tanto “imagem” como “miragem”; segundo, porque o futuro “não tem um conteúdo à nossa espera” (Lourenço, 1999: 83-84), somos nós que temos de preenchê-lo.

História e presente, legado e ação, estrutura e transformação: da relação entre tais forças motoras se fará um discurso identitário que gere, ele próprio, identidade. Enquanto questão cultural, a identidade nacional portuguesa não se resolve pela indagação de qualquer suposta alma ou personalidade coletiva que nos unisse; nem pela rememoração melancólica de um passado onde estivesse qualquer matriz,

mais ou menos gloriosa, entretanto mais ou menos perdida, do nosso valor próprio; nem pela transmutação da velha alegação de suposta suavidade colonial na celebração hodierna de uma comunidade de língua onde pudéssemos estribar o nosso 'universalismo' ("tristes luso-tropicais", na certa expressão de Miguel Vale de Almeida, 2000: 161). Retirada do altar primordialista, trazida para o chão impuro da vida social, a identidade dos portugueses é um processo histórico de emergência, desenvolvimento e reprodução "de um agregado de relações entre quem se reconhece como português num espaço a que se chamou Portugal" (Sobral, 2012: 18).

Considerar analiticamente esse processo implica a mobilização da análise social das estruturas e das representações; e o seu cruzamento com essa forma específica de representação (no sentido mais amplo da palavra, bem entendido) que é a criação cultural. Se alguma 'identidade' é perceptível – e é-o sempre, porque nenhum sujeito social existe sem falar e sem que falem sobre si – e é-o tanto mais apuradamente quanto mais nós, aqueles que sobre ela discorremos, formos capazes de interrogá-la na tensão dinâmica entre factos e representações, permanências e transformações, duração e contemporaneidade, unidade e diversidade, totalidade e incompletude, fronteira e travessia. Não porque os portugueses encarnem especialmente seja o que for, mas porque cada nação e povo é nação e povo à sua maneira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Miguel Vale de (2000). *Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta.
- Almeida, Onésimo Teotónio (2001). Identidade nacional – algumas achegas ao debate português. *Semear. Revista da Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses*, 5, pp. 151-165.
- Bethencourt, Francisco (1991). A sociogénese do sentimento nacional. In Francisco Bethencourt & Diogo Ramada Curto (orgs.). *A memória da nação. Colóquio do Gabinete de Estudos de Semiologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 outubro 1987* (pp. 473-503). Lisboa: Sá da Costa.
- Bethencourt, Francisco & Curto, Diogo Ramada (1991): "Nota de apresentação", in Bethencourt, Francisco & Curto, Diogo Ramada (orgs.), *A memória da nação. Colóquio do Gabinete de Estudos de Semiologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 outubro 1987*, Lisboa: Sá da Costa: pp. 7-14.
- Calafate, Pedro (2016). *Portugal, um perfil histórico*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Cunha, Tiago Pitta e (2011). *Portugal e o mar*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Dias, Jorge (1985). *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1975). *A estrutura da sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1978). L'émigration portugaise (XV-XX siècles): une constante structurelle et les réponses aux changements du monde. *Revista de história económica e social*, 1, pp. 5-32.
- Godinho, Vitorino Magalhães (2004). *Portugal: a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*. Lisboa: Edições Colibri/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Jorge, Lídia (1982). *O cais das merendas*. Mem-Martins: Europa-América.
- Jorge, Lídia (1998). *O vale da paixão*. Lisboa: Dom Quixote.
- Jorge, Lídia (2009). *Contrato sentimental*. Lisboa: Sextante.

- Lima, Bernardo Pires de (2016). *Portugal e o Atlântico*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Lourenço, Eduardo (1978). *O labirinto da saudade*. Lisboa: Dom Quixote.
- Lourenço, Eduardo (1988). *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Lourenço, Eduardo (1999). *A nau de Ícaro, seguido de Imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- Mattoso, José (1998). *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva.
- Mattoso, José (2015). *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Temas e Debates.
- Ribeiro, Orlando (2011). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Um estudo geográfico*. Lisboa: Letra Livre.
- Rosas, Fernando (2015). *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993). O Estado, as relações sociais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português. In Boaventura de Sousa Santos (org.). *Portugal: um retrato singular* (pp. 15-56). Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos (1997). *Palavras para um país: estudos incompletos sobre o século XIX português*. Oeiras: Celta.
- Silva, Augusto Santos (2012). A mudança em Portugal, nos romances de Lídia Jorge: esboço de interpretação sociológica de uma interpretação literária. *Sociologia, revista da Faculdade de Letras do Porto*, XXV, pp. 11-33.
- Silva, Augusto Santos (2017). A questão da identidade nacional: história e representação. In Artur Teodoro de Matos, Guilherme d'Oliveira Martins & Peter Hanenberg (coord.). *O futuro ao nosso alcance: homenagem a Roberto Carneiro* (pp. 369-381). Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
- Sobral, José Manuel (2003). A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português. *Análise social*, 165, pp. 1093-1126.
- Sobral, José Manuel (2012). *Portugal, portugueses: uma identidade nacional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Trindade, Maria Beatriz Rocha (1976). Comunidades migrantes em situação dipolar: análise de três casos de emigração especializada, para os EUA, para o Brasil e para França. *Análise Social*, 48, pp. 983-997.

Augusto Santos Silva. Professor Catedrático da Faculdade de Economia e investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Rua Dr. Roberto Frias, 4200-464 Porto, Portugal. E-mail: asilva@fep.up.pt

Financiamento: Este artigo publica resultados do projeto de investigação “Portugal ao espelho: identidade e transformação na literatura, no cinema e na música popular”, desenvolvido entre 2015 e 2017 no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Receção: 21-11-2017

Aprovação: 09-02-2018

Citação:

Silva, Augusto Santos (2018). Como abordar a identidade nacional portuguesa? *Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura*, 1(1), pp. 9-20. ISSN 2184-3805. DOI: 10.21747/21843805/tav1n1a1